

Demonstrações Financeiras Individuais

Bon Nome Solar S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Bon Nome Solar S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Bon Nome Solar S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bon Nome Solar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco F. A. Noronha Andrade', is written over the printed name.

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Bon Nome Solar S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.591	11.725
Contas a receber	5	7.287	5.634
Impostos e contribuições a recuperar		5	5
Outros ativos		918	1.040
Partes relacionadas	6	263	-
Total do ativo circulante		14.064	18.404
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras restritas	4	7.431	6.856
Direito de uso	8	7.322	7.711
Imobilizado	7	357.187	373.209
Total do ativo não circulante		371.940	387.776
Total do ativo		386.004	406.180
Passivo circulante			
Fornecedores	9	1.982	1.299
Empréstimos e financiamentos	10	10.010	11.237
Obrigações sociais e trabalhistas		127	62
Outros tributos a pagar		434	264
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	709	634
Passivo de arrendamento	8	548	68
Dividendos a pagar		-	3.034
Contrato de uso do sistema de distribuição a pagar		717	747
Outros passivos		34	60
Total do passivo circulante		14.561	17.405
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	168.967	177.712
Passivo de arrendamento	8	7.437	8.125
Total do passivo não circulante		176.404	185.837
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	179.633	179.633
Reservas de lucros		15.406	23.305
Total do patrimônio líquido		195.039	202.938
Total do passivo e patrimônio líquido		386.004	406.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	12	64.847	63.100
Custos de vendas de energia	13	(43.351)	(27.258)
Lucro bruto		21.496	35.842
Despesas administrativas, comerciais e gerais	14	(341)	(283)
Total das receitas (despesas) operacionais		(341)	(283)
Lucro antes do resultado financeiro		21.155	35.559
Despesas financeiras		(21.157)	(23.102)
Receitas financeiras		2.027	3.501
Resultado financeiro, líquido	15	(19.130)	(19.601)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.025	15.958
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(2.738)	(3.183)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(713)	12.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(713)	12.775
Total do resultado abrangente do exercício	(713)	12.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
	Subscrito	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	205.033	1.371	19.193	-	225.597
Redução de capital social	(28.000)	-	-	-	(28.000)
Aumento de Capital	2.600	-	-	-	2.600
Dividendo distribuído da reserva de lucros	-	-	(7.000)	-	(7.000)
Lucro do exercício	-	-	-	12.775	12.775
Constituição de reserva	-	639	9.102	(9.741)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(3.034)	(3.034)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	179.633	2.010	21.295	-	202.938
Dividendo distribuído da reserva de lucros	-	-	(7.186)	-	(7.186)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(713)	(713)
Absorção de prejuízo	-	-	(713)	713	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	179.633	2.010	13.396	-	195.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(713)	12.775
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	17.398	17.280
Depreciação de direito de uso	292	243
Juros sobre passivo de arrendamento	805	822
Juros sobre empréstimos e financiamentos (incluindo amortização de custos de transação)	16.851	18.058
Juros sobre aplicações restritas	(677)	(773)
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Contas a receber	(1.653)	1.369
Impostos e contribuições a recuperar	102	(515)
Outros ativos	627	776
Transações com partes relacionadas ativo	(263)	-
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	178	264
Obrigações sociais e tributárias	2.655	2.607
Contrato de uso do sistema de distribuição a pagar	(30)	(1.623)
Outros passivos	(26)	(253)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.345)	(3.131)
Juros pagos de empréstimos	(16.956)	(14.689)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>16.245</u>	<u>33.210</u>
Das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.376)	(32)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.376)</u>	<u>(32)</u>
Das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	(916)	(1.070)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(9.867)	(9.431)
Integralização de capital social	-	2.600
Redução de capital social	-	(28.000)
Dividendos pagos no exercício	(10.220)	(13.855)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(21.003)</u>	<u>(49.756)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.134)</u>	<u>(16.578)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11.725	28.303
No fim do exercício	5.591	11.725
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.134)</u>	<u>(16.578)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bon Nome Solar S.A. (“Companhia”) inscrita no CNPJ/ME sob o n. 32.267.722/0001-01 é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.765, Conj. 31 e 32, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia possui uma filial na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco, Rodovia PE 430, km 12, sem capital social destacado e com mesmo objeto social da matriz.

A Companhia faz parte do Grupo Comerc, sendo controlada pela Comerc Energia S.A. (anteriormente denominada Comerc Participações S.A.). Por sua vez, a Comerc Energia, a partir de 16 de janeiro de 2025, passou a ser controlada pela Vibra Energia S.A.

Em 03 de fevereiro de 2022 a ANEEL autorizou, o início da operação comercial da Usina Fotovoltaica Bon Nome, com capacidade instalada de 131,7MWp, sob o regime de produção independente de energia solar.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em seu balanço patrimonial, no montante de R\$ 497, em 31 de dezembro de 2024. Este fato decorre, principalmente das parcelas de curto prazo a vencer dos empréstimos e financiamentos. Caso necessite, a Companhia pode contar com aportes a serem feitos por sua controladora Bon Nome Participações S.A., os quais são feitos conforme são necessitados.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades, não possuindo conhecimento de nenhuma incerteza material que pudesse gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 31 de março de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinadas variações como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas e políticas contábeis. As principais estimativas utilizadas são: provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (nota explicativa nº 2.5.1) e não financeiros (nota explicativa nº 2.5.2), determinação da vida útil do ativo imobilizado e taxas de depreciação aplicáveis (nota explicativa nº 2.5.2), taxa utilizada para os contratos de arrendamento (nota explicativa nº 2.5.4) e provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 2.5.3) e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 17).

2.5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.5.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir:

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Contas a receber

Incluem o fornecimento de energia elétrica. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável. Pelo histórico de adimplência e por garantias prestadas pelos seus clientes, a Companhia não possui perda estimada reconhecida nos exercícios apresentados nas presentes demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1 Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

2.5.2 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros líquidos e demais encargos financeiros incorridos durante a construção.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo com base nas taxas determinadas pela ANEEL, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso. A depreciação começou em 2022 junto com a entrada de operação da usina.

São utilizadas as taxas de depreciação do MCPSE-Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

- Edificações, obras civis e benfeitorias - 3,58%
- Máquinas e equipamentos - 4,27%
- Móveis e utensílios - 6,25%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.2 Imobilizado

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou eventos que indicassem que os ativos não serão recuperados através de geração futura de caixa.

2.5.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão, ou efetuada divulgação adicional.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.4. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

A Companhia reconhece na data de início do arrendamento os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo estabelecido em contrato. A taxa de juros utilizada pela Companhia para cálculo do valor presente é 10,59% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 35 anos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é ajustado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, mudança no prazo ou alteração de valor das parcelas.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.5 Receitas

As receitas são reconhecidas no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes: PIS e COFINS na demonstração do resultado.

2.5.6. Imposto de renda e contribuição social

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime de tributação de lucro presumido, conseqüentemente adotando o regime cumulativo para PIS e COFINS (alíquota combinada de 3,65%).

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

Pronunciamentos vigentes

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo as principais:

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Pronunciamentos não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia não pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes--continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes--continuação

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes--continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial--continuação

Não se espera impacto na adoção destas normas contábeis.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	1.494	5.846
Aplicações financeiras	4.097	5.879
	5.591	11.725

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização com taxa média de 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (remuneração média de 100,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4. Aplicações financeiras restritas

Aplicações financeiras restritas (ativo não circulante):

A Companhia possui aplicação financeira cujo saldo encontrava-se restrito em 31 de dezembro de 2024. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais, sendo mantidos retidos conforme definições em contrato de debêntures. Eventualmente, os valores podem ser remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), respeitando as definições contratuais. O saldo total restrito em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.431 no ativo não circulante (R\$ 6.856 em 31 de dezembro de 2023). Por não se encontrarem disponíveis para uso imediato, tais valores são registrados em rubricas específicas no balanço e não compõem o saldo de caixa e equivalentes de caixa conciliados na demonstração de fluxo de caixa da Companhia.

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes não faturados	7.287	5.634
	7.287	5.634

Os saldos apresentados encontram-se a vencer na referida data-base. Não há histórico de inadimplência. O prazo médio de recebimento é de até 15 dias.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

Remuneração da administração

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os administradores são remunerados pela controladora indireta Comerc Energia S.A.

Ativo

	31/12/2024	31/12/2023
Geradora Solar Castilho I S.A.(a)	238	-
Geradora Solar Hélio Valgas II S.A.(a)	25	-
Total ativo partes relacionadas	263	-

	31/12/2024		31/12/2023	
	Receita operacional	Custo	Receita operacional	Custo
Geradora Solar São João Paracatu I S.A. (a)	-	(303)	-	-
Geradora Solar São João Paracatu II S.A. (a)	12	(237)	-	-
Geradora Solar Hélio Valgas I S.A. (a)	-	(438)	-	-
Geradora Solar Hélio Valgas II S.A. (a)	-	(256)	-	-
Geradora Solar Hélio Valgas III S.A. (a)	-	(41)	-	-
Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A. (a)	-	(1.659)	-	-
Geradora Solar Hélio Valgas V S.A. (a)	-	(478)	-	-
Geradora Solar Várzea I S.A.(a)	-	(569)	-	-
Geradora Solar Várzea II S.A (a)	-	(1.148)	-	-
Geradora Solar Castilho I S.A. (a)	-	(1.288)	-	-
Comerc Energia S.A. (a)	-	(4.601)	-	-
Total resultado partes relacionadas	12	(11.018)	-	-

(a) Transações de compra e venda de energia entre empresas do Grupo Comerc.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxa média anual %	Custo	Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
				Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	4,27%	396.604	(49.379)	347.225	364.215
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,58%	9.619	(1.006)	8.613	8.963
Móveis e utensílios	6,25%	75	(7)	68	31
Ativo imobilizado em andamento					
Imobilizado em andamento		1.281	-	1.281	-
		407.579	(50.392)	357.187	373.209

A Companhia não identificou nenhum evento que requeresse testes de recuperabilidade dos saldos registrados no exercício em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferência	31/12/2024
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	396.549	-	55	396.604
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.619	-	-	9.619
Móveis e utensílios	35	-	40	75
(-) Depreciação	(32.994)	(17.398)	-	(50.392)
Ativo imobilizado em andamento				
Imobilizado em andamento	-	1.376	(95)	1.281
	373.209	(16.022)	-	357.187

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Descrição	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Imobilizado em serviço			
Máquinas e equipamentos	396.549	-	396.549
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.619	-	9.619
Móveis e utensílios	35	-	35
(-) Depreciação	(15.714)	(17.280)	(32.994)
	390.489	(17.280)	373.209

8. Direito de uso e passivo de arrendamento

Os valores relativos a direito de uso advêm dos contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia solar fotovoltaica. Os contratos foram celebrados por um período de 35 anos com vigência entre 2020 e 2055.

	Taxa média	Prazo	Direito de uso		Arrendamento a pagar	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aluguel de terrenos	10,59%	jul/55	7.322	7.711	7.985	8.193
			7.322	7.711	7.985	8.193
Circulante					548	68
Não circulante					7.437	8.125
					7.985	8.193

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

	Direito de uso		Arrendamento a pagar	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	7.711	7.830	8.193	8.317
Adições	181	-	181	-
Depreciação	(292)	(243)	-	-
Juros	-	-	805	822
Pagamentos	-	-	(916)	(1.070)
Remensuração	(278)	124	(278)	124
Saldo final	7.322	7.711	7.985	8.193

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	Ajuste a valor		
	Principal	presente	Total
até 1 ano	903	(355)	548
até 2 anos	903	(782)	121
até 3 anos	840	(771)	69
até 4 anos	830	(764)	66
até 5 anos	830	(758)	72
Mais de 5 anos	19.607	(12.498)	7.109
Total	23.913	(15.928)	7.985

9. Fornecedores

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de energia	1.167	-
Demais fornecedores	815	1.299
	1.982	1.299

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referem-se principalmente a fornecedores nacionais relativos à prestação de serviços de operação e manutenção, bem como renovação de apólice de seguros, além de compra de energia.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Em 19 de janeiro de 2022, a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., contrato de financiamento no valor de R\$ 192.513, com prazo de 20 anos, com amortização mensal do principal e carência de juros, ocorrendo o primeiro pagamento a partir de 15 de março de 2023, conforme detalhamento a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante 31/12/2024
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimo e financiamento											
Banco do Nordeste do Brasil S. A	fevereiro-42	IPCA + 4,2875% a.a.	1.194	9.070	(254)	10.010	7.833	164.148	(3.014)	168.967	178.977
Total			1.194	9.070	(254)	10.010	7.833	164.148	(3.014)	168.967	178.977

Saldos em 31 de dezembro de 2023

Descrição	Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante 31/12/2023
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimo e financiamento											
Banco do Nordeste do Brasil S. A	fevereiro-42	IPCA + 4,2875% a.a.	1.633	9.864	(260)	11.237	7.762	173.218	(3.268)	177.712	188.949
Total			1.633	9.864	(260)	11.237	7.762	173.218	(3.268)	177.712	188.949

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimento futuro das parcelas do não circulante:

	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total
2026	420	8.791	(250)	8.961
2027	368	7.717	(247)	7.838
2028	363	7.613	(247)	7.729
2029	389	8.164	(246)	8.307
2030 em diante	6.293	131.863	(2.024)	136.132
	7.833	164.148	(3.014)	168.967

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	Pagamentos principal	Juros	Pagamentos juros	Amortização de custos de transação	31/12/2024
Banco do Nordeste do Brasil S. A	188.949	(9.867)	16.592	(16.956)	259	178.977
	188.949	(9.867)	16.592	(16.956)	259	178.977

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	Pagamentos principal	Juros	Pagamentos juros	Amortização de custos de transação	31/12/2023
Banco do Nordeste do Brasil S. A	195.011	(9.431)	17.760	(14.689)	298	188.949
	195.011	(9.431)	17.760	(14.689)	298	188.949

As garantias atreladas ao empréstimo são: Fiança bancária e constituição da conta reserva de fundo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo restrito por conta do endividamento é de R\$ 7.431 (R\$ 6.856 em 31 de dezembro de 2023) considerando as remunerações mensais.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da companhia é de R\$ 179.633 dividido em 179.632.689 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 8.981.634 ações ordinárias Classe A, 80.834.710 ações ordinárias Classe B e 89.816.345 ações preferenciais (179.632.687 ações ordinárias e 2 ações preferenciais em 31 de dezembro 2023).

Cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão a prioridade do direito de recebimento de dividendos em montante equivalente a 38 (trinta e oito) vezes os dividendos pagos a cada ação ordinária.

Em junho de 2024, a Bom nome Participações, então única acionista da Companhia, vendeu parte de suas ações na Companhia para a Valgroup RJ Indústria R-Pet Ltda. O quadro acionário encontra-se detalhado a seguir.

	31/12/2024				31/12/2023		
	Número de ações ordinárias classe A	Número de ações ordinárias classe B	Número de ações preferenciais	% do capital da Companhia (*)	Número de ações ordinárias	Número de ações preferenciais	% do Capital da Companhia (*)
Acionista							
Bon Nome Solar Participações S.A.	8.981.634	-	89.816.345	97,69%	179.632.687	2	100,00%
Valgroup RJ Indústria R-Pet Ltda	-	80.834.710	-	2,31%	-	-	0,00%
Total	8.981.634	80.834.710	89.816.345	100,00%	179.632.687	2	100,00%

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido--Continuação

11.2 Destinação do resultado

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

O lucro líquido, depois de deduzidos de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua destinação na distribuição de dividendos, constituição de reservas ou em outros fins.

A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

A seguir é apresentada a destinação de resultado em ambos os exercícios.

Destinação do resultado	31/12/2024	31/12/2023
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(713)	12.775
Reserva legal - 5%	-	(639)
	<hr/>	<hr/>
	(713)	12.136
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	(3.034)
Reserva de lucros	-	(9.102)
Absorção de prejuízos acumulados	713	-
	<hr/>	<hr/>

Em 11 de dezembro de 2024 foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração a distribuição e pagamentos de dividendos referentes à reserva de lucros apurada no exercício social de 2024 no montante de R\$ 2.047.

Em 20 de dezembro de 2024 foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração a distribuição e pagamentos de dividendos referentes à reserva de lucros apurada no exercício social de 2024 no montante de R\$ 5.139.

Ambos os dividendos foram pagos dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de venda de energia	67.304	65.490
(-) Dedução da venda de energia - impostos incidentes	(2.457)	(2.390)
Total receita operacional líquida	64.847	63.100

13. Custos de venda de energia

	31/12/2024	31/12/2023
Compra de energia	(13.528)	-
Custo com serviços	(3.464)	(3.341)
Custo com pessoal	(1.183)	(526)
CUSD - utilização do sistema de distribuição	(4.371)	(4.527)
Custos com seguros	(985)	(827)
Depreciação	(17.690)	(17.523)
Outros custos	(2.130)	(514)
	(43.351)	(27.258)

O aumento da despesa com compra de energia é decorrente, principalmente, redução da geração de energia, gerando uma necessidade de compra de energia para honrar seus compromissos de venda.

14. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(34)	-
Serviços de terceiros	(235)	(275)
Arrendamento e aluguéis	(29)	-
Outras despesas administrativas	(43)	(8)
	(341)	(283)

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.572	3.501
Outras receitas financeiras	455	-
Subtotal receitas financeiras	2.027	3.501
Despesas financeiras		
Fianças e garantias	(1.654)	(3.196)
Juros sobre passivo de arrendamento	(805)	(822)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.592)	(17.760)
Amortização de custos de transação	(259)	(298)
Atualizações monetárias diversas	(34)	(502)
IOF	(47)	(15)
Outras despesas financeiras	(1.766)	(509)
Subtotal despesas financeiras	(21.157)	(23.102)
Resultado financeiro, líquido	(19.130)	(19.601)

16. Imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e a CSLL da companhia são calculados e registrados com base nas regras de tributação do lucro presumido.

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	67.304	67.304	65.490	65.490
% presunção - receita operacional	8%	12%	8%	12%
	5.384	8.076	5.239	7.859
Receita financeira	2.027	2.027	3.501	3.501
Base de cálculo tributação	7.411	10.103	8.740	11.360
Alíquotas - IRPJ e CSLL	15%	9%	15%	9%
Adicional - IRPJ - 10%	10%		10%	
Total - Demonstração do resultado	1.829	909	2.161	1.022

O recolhimento dos tributos é trimestral. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo pendente de recolhimento é de R\$ 443 para o IRPJ e de R\$ 266 para a CSLL, totalizando um passivo de R\$ 709. O pagamento ocorreu em janeiro de 2025.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem, caixa, equivalentes de caixa, contas a receber e caixa e aplicações restritas que resultam diretamente de recursos aportados por seus acionistas e obtido junto a terceiros. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações da Companhia.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos. Com relação a dívida com BNB, como esse contrato é de longo prazo, não está contemplado no escopo do CPC 12 - Ajuste a valor presente que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um mercado, ficando, portanto, a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou a Companhia a utilizar o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos e financiamentos.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Os principais instrumentos financeiros são classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e são como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Custos amortizados (ativos financeiros)		
Caixa e equivalente de caixa	5.591	11.725
Aplicações financeiras restritas	7.431	6.856
Contas a receber	7.287	5.634
Partes relacionadas	263	-
Custos amortizados (Passivos financeiros)		
Fornecedores	1.982	1.299
Empréstimos e financiamentos	178.977	188.949
Passivo de arrendamento	7.985	8.193

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos—Continuação

i) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, os quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório Focus do Bacen de 27 de dezembro de 2024, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexadores	31/12/2024	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável I	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
CDI/ SELIC		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
IPCA		2,48%	3,72%	4,96%	6,20%	7,44%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	5.591	412	619	825	1.031
Aplicações financeiras restritas	CDI	7.431	548	822	1.096	1.370
Empréstimos e financiamentos (sem custos de transação)	IPCA	(182.245)	(12.527)	(14.884)	(17.241)	(19.597)
						(21.954)
Efeito líquido estimado no resultado		(169.223)	(11.567)	(13.443)	(15.320)	(17.196)
						(19.073)

ii) Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos—Continuação

iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras. Para a rubrica de empréstimos e financiamentos estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 10.

Posição em 31/12/2024	Fornecedores	Empréstimo	Passivo com arrendamento	Total
até 3 meses	1.982	6.220	-	8.202
3 a seis meses	-	6.711	-	6.711
6 meses a 1 ano	-	13.444	548	13.992
1 a 3 anos	-	46.437	190	46.627
3 a 5 anos	-	42.515	138	42.653
mais 5 anos	-	221.077	7.109	228.186
Total	1.982	336.404	7.985	346.371

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Bon Nome Solar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 estão assim compostos:

Tipo	Limite de Indenização	Vigência	
		Início	Fim
Risco operacional	200.000	20/12/2023	20/06/2025
Responsabilidade civil	20.000	20/12/2023	20/06/2025

Os seguros são compartilhados com outras empresas do Grupo Comerc.

19. Transações não caixa

As principais transações não caixa presentes nas demonstrações de fluxos de caixa são:

	<u>Nota</u>	31/12/2024	31/12/2023
Provisão seguros a pagar		-	1.029
Remensuração arrendamento	8	(278)	124
Adições arrendamento	8	181	-